

b)

por conta de outrém;

## MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL Secretaria de Estado do Emprego e da Formação Profissional

## PROGRAMA EMPREGO E PROTECÇÃO SOCIAL Medida Incentivos à Mobilidade Geográfica



## **TERMO DE RESPONSABILIDADE**

1.	Nome		, natural de			, residente	
	em		Código	Postal	Telefone _		
	portad	or do Bilhete de Identidade	nº	emitido pelo	Arquivo de Id	lentificação	
	de	com o cartão de ele	itor nº	, decla	ra que		
2.	abrigo Empre regula aos su	peu do Instituto do Emprego e da medida "Incentivos à ego e Protecção Social(PEPS mentado pela Portaria nº. 12 ubsídios de deslocação, fixada tação ou das declarações/red	Mobilidade ), regulado p 52/2003, de ção e residêr	Geográfica", inte elo Dec. Lei nº. 10 31 de Outubro, a <sub>l</sub> icia, cujos montai	egrada no Pro 68/2003, de 29 poios financeiro ntes constam o	ograma de de Julho e os relativos	
3.	financ Social	Compromete-se a fazer referência, nos recibos de quitação e nas declarações/recibo, do financiamento concedido pelo IEFP, ao abrigo do Programa de Emprego e Protecção Social - Medida de Incentivo à Mobilidade Geográfica e à natureza e tipo de apoic concedido.					
4.	Comp	Compromete-se ainda a:					
	a)	Manter o nível de emprego despacho de concessão do próprio emprego;			•		

Não fazer cessar o contrato de trabalho antes do seu termo, salvo por motivo previsto na legislação laboral, no caso dos trabalhadores que obtenham emprego

- c) Respeitar os normativos e orientações regulamentadoras da medida "Incentivos á Mobilidade Geográfica" nomeadamente o artº. 8º. do Decreto-Lei nº. 168/2003, de 29 de Julho, a secção IV da Portaria nº. 1252/2003, de 31 de Outubro e o Manual de Procedimentos e seus anexos.
- 5. No caso de incumprimento injustificado das obrigações assumidas, constantes deste termo de responsabilidade e dos normativos que regem a concessão de apoios á Mobilidade Geográfica, será declarado o vencimento imediato da dívida e exigida a devolução das importâncias concedidas ou obtida a cobrança coerciva nos termos do Decreto-Lei nº. 437/78, de 28 de Dezembro, se aquela não for efectuada voluntariamente no prazo de 60 dias úteis, a contar da respectiva notificação, acrescido dos juros legais.
- 6. Ao crédito resultante da concessão do apoio financeiro concedido através deste Termo de Responsabilidade serão aplicadas as disposições sobre garantias especiais previstas no Decreto-Lei nº. 437/78, de 28 de Dezembro.
- 7. Este Termo de Responsabilidade é feito em duplicado assinado pelo IEFP e pelo beneficiário, destinando-se o original ao IEFP e uma cópia ao beneficiário do apoio.

	,	de	de 200
IEFP	(Ass)		
Beneficiário	(Ass)		